

AOS CUIDADOS DO PREGOEIRO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024 DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Ref.: Recurso Daten Tecnologia LTDA
Itens 1 e 2.

GRUPO MULTI S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 59.717.553/0006-17, sediada na Rua Josefa Gomes de Souza, 382, SEDE, Bairro dos Pires, CEP 37640-000 Extrema/MG, por seu sócio administrador e advogados devidamente constituídos, vem perante Vossa Senhoria, apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, conforme abaixo transcritos os fatos e fundamentos.

1. DOS MOTIVOS PARA MANUTENÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DA RECORRIDA

A recorrida participou da licitação Pregão Eletrônico nº 90007/2024 que tinha por objeto a compra nacional, mediante Sistema de Registro de Preços, de dispositivos de tecnologia da informação para uso educacional, para atendimento às necessidades da rede pública brasileira de educação básica, conforme especificações contidas em edital.

Ocorre que a empresa recorrente, “DATEN TECNOLOGIA LTDA”, solicita a desclassificação da recorrida em todos os itens da licitação por suposto desatendimento aos quesitos do edital, mas não assiste razão à recorrente.

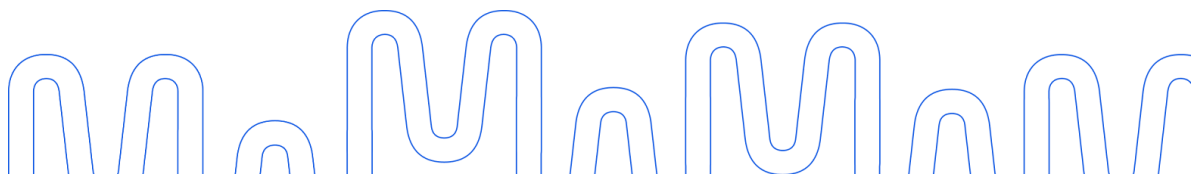
A atitude do pregoeiro em declarar vencedora a recorrida deve ser mantida, visto que a empresa atendeu plenamente todos os requisitos previstos no edital, conforme será pontualmente demonstrado abaixo.

1.1. DA AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO E CONFLITO DE INTERESSES NA PARTICIPAÇÃO DO GRUPO MULTI NA LICITAÇÃO

A recorrente “Daten” tenta emplacar alegação que haveria conflito de interesses na participação do Grupo Multi na presente licitação, alegação esta que pode ser compreendida **também como um ataque a probidade do próprio órgão gerenciador, pois só haveria vedação se houver conflito de interesses ou riscos de beneficiamento ilegal no presente certame licitatório.**

Para isso, traz alegações genéricas das hipóteses de conflito de interesses em uma definição equivocada e tão ampla, que aplicando na presente licitação pública será impossível qualquer empresa do Brasil participar dela. Explica-se.

Veja-se o trecho do argumento da Daten:



Nessa hipótese, a **Multilaser não poderia sequer apresentar proposta** para os referidos itens, diante da previsão expressa de vedação no edital e da situação de conflito diretamente ligada à figura de seu sócio e agente público estadual. Conforme consta no Termo de Referência (ANEXO I – TR):

12. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com o inc. XLV do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, é o "conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras".
- 12.2. A Ata de Registro de Preços é o "documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas" (inc. XLVI do art. 6º da Lei nº 14.133 de 2021).
- 12.3. O órgão gerenciador será o FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE).
- 12.4. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços todas as SECRETARIAS ESTADUAIS e SECRETARIA MUNICIPAIS de Educação, que acompanham a Rede Pública de Educação Básica, por si e/ou por intermédio de suas respectivas unidades administrativas superiores e/ou vinculadas.

Ora, fazendo uma análise sistemática da alegação da recorrente (a qual não se concorda), qualquer empresa que tiver sócio, funcionário, acionista, que tenha vínculo e/ou parente de segundo grau com algum servidor público de qualquer um dos mais de 5500 municípios do Brasil e das Secretarias Estaduais de Educação estaria impedida de participar da licitação.

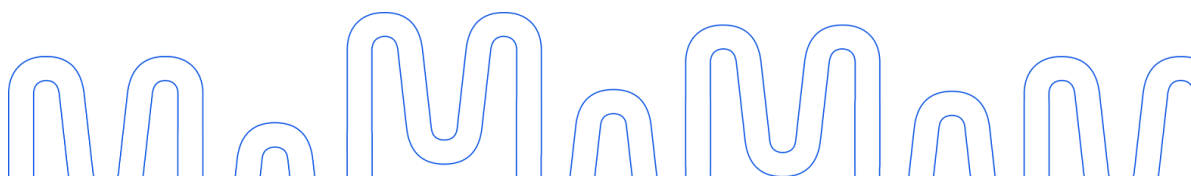
De matéria do IPEA¹, é possível extrair que só no funcionalismo municipal hoje existem cerca de 7,65 milhões de pessoas. Nem é necessário esforço argumentativo para demonstrar que é absolutamente irrealista aplicar essa cláusula de forma abrangente, conforme propõe a recorrente. Afinal, se assim fosse, em uma eventual habilitação da recorrente, seria necessário identificar todas as pessoas com alguma relação com a DATEN, traçar a árvore genealógica de cada uma delas e cruzar essas informações com todos os servidores públicos.

Inclusive podemos citar que a concorrente "Positivo" atualmente tem como acionistas filhos de um Senador, que foi o fundador da empresa e isto não impede de firmar contratos com o próprio Senado Federal.

Não há qualquer intenção de alegar alguma ilegalidade na atuação da Positivo neste contrato, apenas dar uma referência de caso concreto, pois se houver tratamento extensivo a interpretação do edital, pelo menos dois dos 3 players competitivos do certame estariam impedidos de licitar, isso sem contar a alta probabilidade de algum sócio da Daten possuir algum parente como funcionário público em um dos mais de 5500 municípios, 26 estados e Distrito Federal.

No caso concreto as vedações, assim como as declarações da empresa, devem ser interpretadas no sentido de não haver qualquer vínculo com servidores que tenham papel relevante e decisor na execução da presente licitação, assim como previsto no edital:

¹ <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/arquivos/rmd/7486-adebanalisediadoservidor.html>



3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, **devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses** no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A configuração societária e administrativa no momento da presente licitação era a seguinte:

- **Renato Feder:**
 - Não é administrador: não possui qualquer função executiva ou administrativa na Multilaser desde 01/01/2019 e não é membro do Conselho de Administração desde 30/11/2022.
 - Não é acionista controlador: deixou o bloco de controle em 30/11/2022 e, portanto, é acionista minoritário.
- **Edward James Feder:**
 - Após sua renúncia em 30/11/2022, foi nomeado novamente como membro do Conselho de Administração em 09/02/2024. Sua posição, como será detalhado a seguir, não lhe confere poder de gestão operacional.

Note que as pessoas indicadas, não possuem qualquer impedimento previsto no edital e na legislação, porque não possuem qualquer poder de decisão sobre o resultado da licitação.

Sendo assim, é necessário reestabelecer a idoneidade intelectual na análise da legislação e do edital, para uma aplicação proporcional e adequada a todos os princípios das licitações públicas.

1.1.1. DA ANÁLISE SOBRE IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO DE PARTICULARES EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS

De maneira objetiva, pode-se dizer que o contrato administrativo é um acordo ou negócio jurídico firmado entre um particular e a Administração Pública com o intuito de alcançar determinado interesse público. Por envolver a Administração Pública atuando nessa condição específica, esses contratos estão sujeitos a um regime jurídico próprio, significativamente distinto daquele aplicado às contratações entre particulares.



Por exemplo, segundo a legislação vigente no Brasil, os contratos firmados pela Administração Pública precisam, em regra, ser precedidos por um procedimento licitatório. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 37, inciso XXI, que:

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

No âmbito desta análise serão consideradas tanto a Lei do Estado de São Paulo, que embasaria eventual contratação como ente participante e a Nova Lei de Licitações: (i) Lei Estadual nº 6.544, de 22.11.1989 (“Lei Estadual de Licitações”); e (ii) Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (“Nova Lei Geral de Licitações”).

Essas normas estabelecem expressamente certas proibições ou restrições relativas à participação em licitações e contratos administrativos, buscando prevenir situações que possam gerar conflito de interesses. Observe-se, por exemplo, o texto das restrições que poderiam ser aplicáveis ao caso em questão:

Lei Estadual de Licitações

Art. 7º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou do serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

(...)

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

(...)

§ 3º Considera - se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica comercial, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo - se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

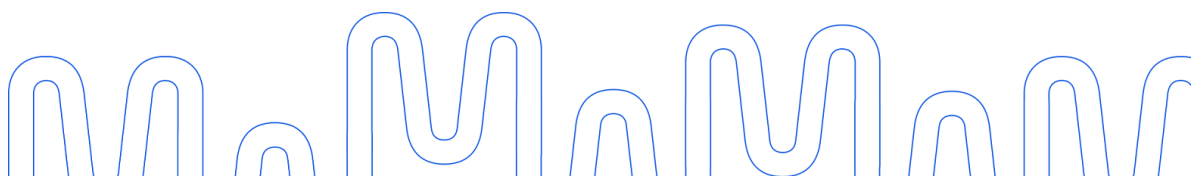
(...).

Nova Lei Geral de Licitações

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.



Art. 9º (...).

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

(...)

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

(...).

Ao comentar a Nova Lei Geral de Licitações, MARÇAL JUSTEN FILHO ressalta o seguinte:

(...) os arts. 7º, inc. III, 9º, §1º, e 14 apresentam vínculos lógicos entre si. Todos disciplinam hipóteses de impedimento a atuação na licitação, ainda que com conteúdo e extensões diversos. Como já indicado, o art. 7º, inc. III, estabelece impedimentos a que o agente público seja designado para atuar em licitações e contratações.

O art. 9º, prevê impedimentos à participação de agente público em licitação ou execução de contrato.

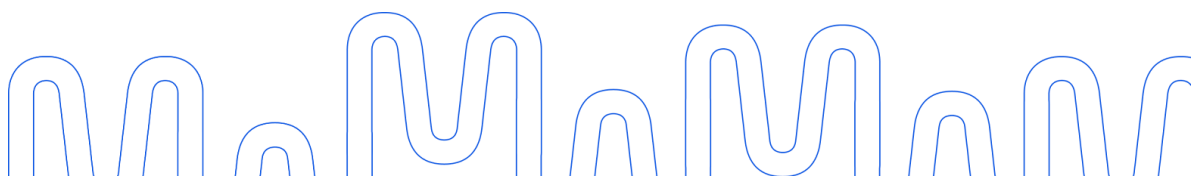
O art. 14 (...) dispõe sobre impedimentos à participação de particular em licitação ou contratação. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 277)

Observa-se, portanto, que na visão do autor mencionado, o critério determinante para caracterizar o impedimento é a existência concreta de um potencial conflito de interesses.

O entendimento adequado é que a partir de uma leitura estritamente gramatical, que as hipóteses previstas no art. 7º da Lei Estadual de Licitações e no art. 9º da Lei Geral de Licitações não impõem, de forma automática, impedimento à participação em licitações de empresas que tenham, entre seus acionistas, servidores públicos ou dirigentes dos órgãos licitantes — especialmente quando tais acionistas não exercem funções de administração ou controle dentro dessas empresas.

Ocorre que a redação do art. 14 da Nova Lei Geral de Licitações consolidou, em um único inciso, diversas situações que anteriormente estavam distribuídas em dispositivos distintos, o que, por si só, já amplia o alcance da norma. Além disso, essa nova formulação favorece uma interpretação mais abrangente do impedimento previsto, mesmo quando se adota exclusivamente o método da interpretação gramatical.

A partir de uma interpretação teleológica dos dispositivos que tratam dos impedimentos em licitações e contratações administrativas, percebe-se que não é qualquer



vínculo de natureza “econômica”, “financeira” ou “civil” entre a empresa licitante e o servidor público que justifica o impedimento. **O que se busca coibir são apenas os vínculos capazes de gerar situações concretas de conflito de interesses, comprometendo a imparcialidade, a moralidade ou a isonomia do procedimento licitatório.**

Nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, conhecida como “Lei de Conflito de Interesses”, considera-se conflito de interesses “a situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública”. Essa definição reforça a ideia de que o impedimento em licitações deve estar ligado à existência de um risco real de comprometimento da atuação imparcial do agente público, e não a qualquer relação genérica ou abstrata com a empresa participante.

No artigo 5º, a Lei de Conflito de Interesses descreve determinadas situações que caracterizam conflito de interesses “no exercício do cargo ou emprego”. Ressaltam-se, a seguir, algumas delas:

Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas;

II - exercer atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe;

III - exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego, considerando-se como tal, inclusive, a atividade desenvolvida em áreas ou matérias correlatas;

IV - atuar, ainda que informalmente, como procurador, consultor, assessor ou intermediário de interesses privados nos órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - praticar ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão;

VI - receber presente de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento; e

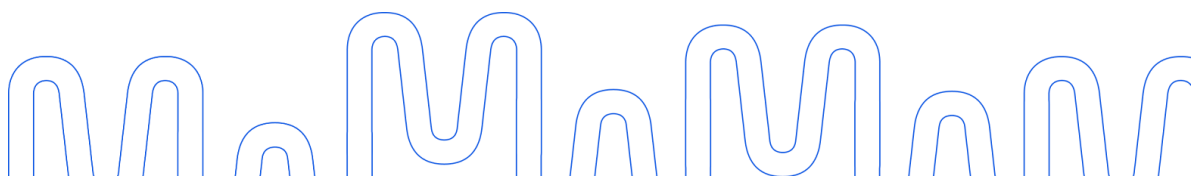
VII - prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada, fiscalizada ou regulada pelo ente ao qual o agente público está vinculado.

Em seu art. 6º, a Lei de Conflito de Interesses dispõe sobre algumas situações que configuram conflito de interesses “após o exercício do cargo ou emprego”:

Art. 6º Configura conflito de interesses após o exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:

I - a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

II - no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria, salvo quando expressamente autorizado, conforme o caso, pela Comissão de Ética Pública ou pela Controladoria-Geral da União:



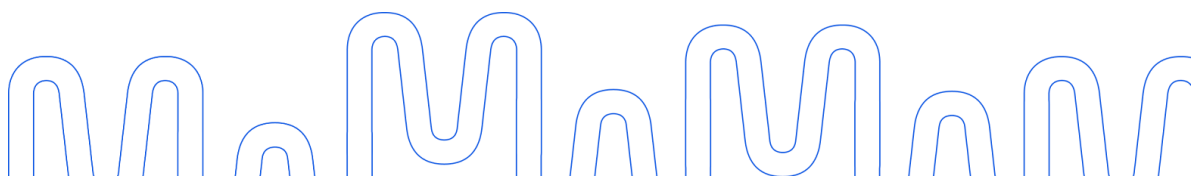
- a) prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego;
- b) aceitar cargo de administrador ou conselheiro ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica que desempenhe atividade relacionada à área de competência do cargo ou emprego ocupado;
- c) celebrar com órgãos ou entidades do Poder Executivo federal contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou
- d) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou emprego ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

Dessa forma, evidencia-se que, não estando presente, no caso concreto, nenhuma das situações previstas nos artigos 5º ou 6º da Lei de Conflito de Interesses, não haveria justificativa para impedir a participação de qualquer empresa em licitações ou contratações com o FNDE, o Estado de São Paulo ou qualquer outro ente, mesmo diante da existência de um vínculo.

Por todo exposto acima, é possível concluir que somente estariam vedadas da participação de qualquer licitação as empresas **que cumulem as seguintes condições: (i) houver um vínculo entre alguma pessoa com poder de decisão na empresa e um agente público; (ii) esse agente tiver atuação (ou recente atuação) relevante no processo licitatório ou no contrato; (iii) esse vínculo for capaz de gerar um conflito de interesses concreto, ou seja, que possa afetar a imparcialidade, a isonomia ou a moralidade da licitação.**

Duas destas condições são garantidas pela conduta proba da própria Administração, pois é evidente que não há qualquer possibilidade de o Renato Feder ter tido atuação relevante no processo licitatório do FNDE e, muito menos, tenha capacidade de gerar conflito de interesses. Qualquer interpretação diferente desta é levantar dúvidas da idoneidade de todos os servidores do FNDE envolvidos na presente contratação.

Resta evidenciado que é absolutamente impossível a existência de conflito de interesses na presente contratação, pelo não enquadramento nos dois últimos quesitos apresentados, o que por si só já é suficiente para rechaçar o argumento da recorrente.



Até mesmo porque trata-se de uma licitação federal. Nos termos do art. 86² da Lei nº 14.133 e do art. 2º, III³, do Decreto nº 11.462/2023, a licitação é gerenciada e conduzida pelo ente ou órgão gerenciador que, neste caso, é o FNDE, e não o Estado de São Paulo.

O Estado de São Paulo é órgão participante, que não tem e nem poderia ter qualquer ingerência sobre a licitação. Órgãos participantes apenas integram a licitação para a definição dos quantitativos da futura ata de registro de preços, na forma do art. 2º, IV⁴, do Decreto nº 11.462/2023.

As diferentes atribuições e responsabilidades do órgão gerenciador (FNDE) e órgão participante (Estado de São Paulo) estão detalhadas nos artigos 7 e 8 do Decreto nº 11.462/2023. Entre as competências do órgão gerenciador, destacam-se: (a) *promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes*; (b) *conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados*; e (c) *aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF*.

Lado outro, os órgãos participantes têm atribuições formais e burocráticas inerentes à participação no registro de preço. Eles não têm qualquer competência e/ou possibilidade de conduzir e/ou tomar decisões relacionadas à licitação.

Isso reforça a impossibilidade de existir qualquer conflito de interesse na participação do Grupo Multi na licitação. O fato de um de seus acionistas ser Secretário Estadual de um dos órgãos participantes (e não do órgão gerenciador) não se enquadra formal ou materialmente em qualquer dos dispositivos legais sobre impedimento de participação.

O Sr. Renato Feder, por ser Secretário do Estado de São Paulo, nunca poderia ter tido qualquer influência em licitação gerenciada por ente federal, de sorte que o item 3.6.5 do edital não é aplicável ao caso, ao contrário do alegado pelo Recorrente.

O item 3.6.10 do edital tampouco é aplicável. Primeiro, porque trata de hipótese de designação de agente público para participar na condução da licitação ou participação na fase

² Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação

³ III - órgão ou entidade gerenciadora - órgão ou entidade da Administração Pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

⁴ V - órgão ou entidade participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;



de execução do contrato administrativo. Por isso, esse item não se aplica às empresas licitantes. Ainda que assim não fosse, tanto o item 3.6.10 quanto o artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 indicam claramente que devem ser observadas situações que possam gerar conflito de interesses – o que não seria o caso aqui, sequer em tese, conforme visto acima.

De qualquer forma, serão demonstrados apontamentos que desenquadram também da condição “i”, conforme abaixo:

1.1.2. DA ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO PRESENTE CERTAME

Todo o imbróglio trazido pela recorrente se baseia na afirmação imprecisa de que a “Secretaria do Estado de Educação do Estado de São Paulo”, atualmente liderada pelo Sr. Renato Feder, é participante da licitação e isso, por si só, geraria conflito de interesses.

Ocorre que a própria condição como “participante” e não gerenciadora, já demonstra que àquela administração, caso viesse a contratar, não possuiria qualquer gerência sobre o andamento do processo licitatório, sendo esta incumbência dos profissionais do FNDE, conforme já demonstrado.

Ademais, se avaliarmos a lista de interessados na presente licitação é possível extrair que algum órgão estadual do Estado de São Paulo, manifestou interesse na compra de 10 unidades do item 1 e 14 unidades do item 2 da presente licitação, que somados totalizam “vultuosos” R\$ 65.456,00, frente a uma proposta de preços que com o limite de adesões pode chegar a quase R\$ 1.800.000,00.

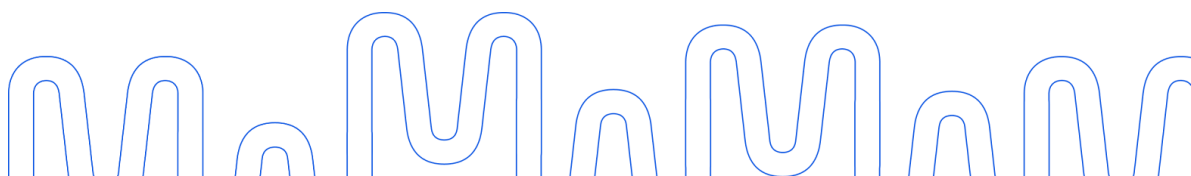
Impossível não notar que a concorrente se furtou de incluir o quantitativo que será adquirido em suas alegações justamente para não transparecer a insignificância dos valores discutidos.

Além disto, o Estado de São Paulo, através da PRODESP, faz as suas próprias licitações de informática, que inclusive são em sua somatória superiores ao quantitativo licitado pelo FNDE. Abaixo, traz-se dois exemplos que licitam produtos semelhantes ao presente caso:

Edital nº 90047/2025 - Constituição de Sistema de Registro de Preços Para Aquisição Futura de Desktops, Workstation e Mini-PC

Edital:

<https://pncp.gov.br/app/editais/62577929000135/2025/45>



Itens	Arquivos	Histórico
Número	Descrição	Quantidade
1	Microcomputador	21974
2	Microcomputador	24463
3	Microcomputador	48394
4	Microcomputador	2732
5	Microcomputador	8035
Exibir: 5 1-5 de 7 itens		

Pregão Eletrônico Nº 90065/2024 - Pregão Eletrônico - Contratação futura de Notebooks educacionais através do sistema de registro de preços.

Edital

https://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=533201&modprp=5&numprp=900652024

ARP

<https://www.prodesp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/ata-007-notebooks-educacionais.pdf>

LOTE 1 - NOTEBOOK SALAS DE AULA WINDOWS		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	10.000
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	100.000
TOTAL LOTE 1		110.000
LOTE 2 - NOTEBOOK SALA DE AULA CHROMEBOOK		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	30.000
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	300.000
TOTAL LOTE 2		330.000
LOTE 3 - NOTEBOOK BÁSICO EDUCACIONAL		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	6.000
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	60.000
TOTAL LOTE 3		66.000
LOTE 4 - NOTEBOOK AVANÇADO EDUCACIONAL		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	4.015
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	40.000
81101	FDE-FUNDACAO P/ DESENV. DA EDUCACAO	150



102401	CTO. EST. EDUC. TECNOL. PAULA SOUZA - CEETEP	30.000
TOTAL LOTE 4		74.165

LOTE 5 - NOTEBOOK PLUS EDUCACIONAL		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	3.035
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	200
81101	FDE-FUNDACAO P/ DESENV. DA EDUCACAO	150
TOTAL LOTE 5		3.385

LOTE 6 - NOTEBOOK GRÁFICO EDUCACIONAL		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	35
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	200
81101	FDE-FUNDACAO P/ DESENV. DA EDUCACAO	150
TOTAL LOTE 6		385

LOTE 7 - PLATAFORMA DE RECARGA MÓVEL		
Código Unidade	Unidade Compradora	Qtde
513101	CIA. PROCESSAMENTO DE DADOS EST. SP.	2.076
80357	COORD.INF.TEC.EVIDENCIA E MATRICULA	20.000
81101	FDE-FUNDACAO P/ DESENV. DA EDUCACAO	760
TOTAL LOTE 7		22.836

Resta evidente que não há qualquer relevância na inclusão do Estado de São Paulo como ente participante da presente licitação, assim como não haveria qualquer interesse de qualquer adesão via adesão, ao passo que o Estado elabora suas próprias licitações em quantitativos até superiores do previsto no presente e possui atas válidas e/ou certames e mesmo que houvesse é de valor ínfimo que impossibilita qualquer conflito de interesses.

1.1.3. DA CONDIÇÃO DE RENATO FEDER COMO MERO ACIONISTA

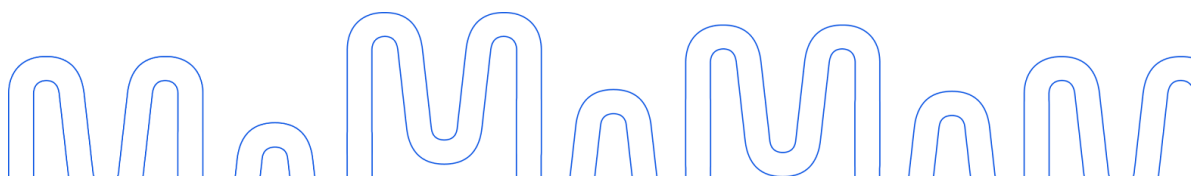
Como já explicitado acima, não há qualquer possibilidade de haver conflito de interesses no presente certame licitatório, mas cabe esclarecer toda a cronologia dos fatos que colocará uma pá de cal na alegação levantada pela Daten, que se baseia no parentesco entre o Sr. Edward James Feder, membro do Conselho de Administração da Multilaser, e o Sr. Renato Feder, atual Secretário da Educação do Estado de São Paulo.

Como será demonstrado, a alegação é improcedente e beira a má-fé, pois se fundamenta em premissas fáticas e jurídicas completamente equivocadas. A tese levantada pela Daten desmorona ao se analisar barreiras intransponíveis:

1. Jurisdição incompatível: o agente público apontado (Secretário Estadual) não tem qualquer vínculo com o órgão licitante (Governo Federal).

2. Incompetência estatutária: a estrutura de governança da Multilaser impede que um membro do Conselho de Administração tenha qualquer poder sobre processos operacionais como licitações.

3. Mecanismo interno de neutralização (Governança): a Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses da Multilaser obriga o afastamento de qualquer administrador em situação de potencial conflito, tornando sua influência nula.



4. Medidas proativas: foram tomadas ações concretas e inequívocas para eliminar qualquer potencial conflito antes mesmo da posse do Sr. Renato Feder no governo paulista.

1.1.4. CRONOLOGIA DOS FATOS: MEDIDAS PROATIVAS PARA EVITAR CONFLITO DE INTERESSES

A trajetória do Sr. Renato Feder demonstra um histórico de afastamento progressivo das funções executivas e de controle da Multilaser, culminando em uma total desvinculação administrativa antes de assumir sua posição no governo de São Paulo:

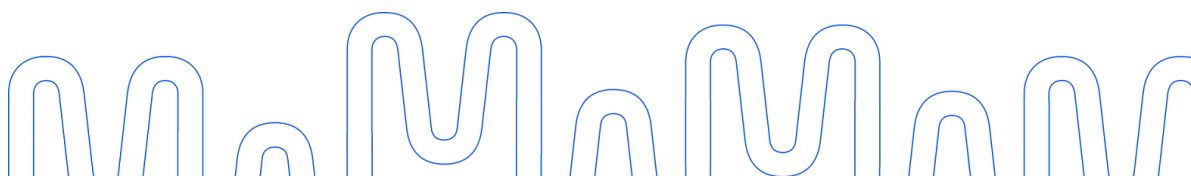
- Até 2018: atuou como co-CEO da Multilaser
- 01/01/2019: ao assumir a Secretaria de Educação do Estado do Paraná, renunciou ao cargo de Diretor Vice-Presidente da Multilaser, mantendo-se apenas como acionista e membro do Conselho de Administração.
- 30/11/2022: ao ser convidado para a Secretaria de Educação de São Paulo, e com o objetivo explícito de evitar qualquer situação de potencial conflito, foram adotadas as seguintes e decisivas medidas:
 1. Distrato do Acordo de Acionistas: o Sr. Renato Feder e o Sr. Edward James Feder deixaram formalmente de integrar o grupo de controle da Multilaser.
 2. Renúncia a Cargos no Conselho: o Sr. Renato Feder renunciou ao seu cargo de membro do Conselho de Administração, e o Sr. Edward James Feder renunciou ao seu cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Estas medidas foram tomadas à época, pois, no momento da posse, a empresa estaria executando um contrato administrativo junto ao Estado de São Paulo. É notório que o atual Governador de São Paulo, Sr. Tarcísio de Freitas, foi eleito em segundo turno que ocorreu no dia 30 de outubro de 2022, assim como também é possível extrair da internet notícia⁵ que demonstra que o atual Secretário de Educação Renato Feder aceitou convite do Governador eleito em 19 de novembro de 2022 para ocupar o mesmo cargo no Estado de São Paulo.

Considerando o convite recebido, as disputas licitatórias vencidas pela Multilaser (antes das eleições) junto ao Estado de São Paulo e a intenção de evitar qualquer alegação de conflitos de interesses, o Sr. Renato Feder renunciou, em 30 de novembro de 2022, ao cargo que ocupava no Conselho de Administração da Multilaser, conforme Fato Relevante protocolado na CVM e divulgado ao mercado nesta mesma data (30 de novembro de 2022), em razão das exigências regulatórias do mercado de capitais brasileiro (CVM) e das regras de governança corporativa da B3, conforme link⁶ e captura de tela abaixo:

⁵ <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/renato-feder-aceita-convite-de-tarcisio-para-secretaria-da-educacao/>

⁶ <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/fmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1037081>



Protocolo nº: 026034IPE301120220104489512-71	
Data do Documento	Data do Envio
11/2022	30/11/2022 20:54:17

Selecionar texto | Desenhar | Realçar | Apagar | Imprimir | Salvar

grupoMulti

MULTILASER INDUSTRIAL S.A.
CNPJ/ME nº 59.717.553/0001-02
Código CVM: 02603-4
Companhia Aberta

FATO RELEVANTE

Rescisão de Acordo de Acionistas, Alteração no Controle Societário e Renúncia de Membros do Conselho de Administração

A **MULTILASER INDUSTRIAL S.A.** ("Companhia", B3: MLAS3), vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral, o que segue:

Os acionistas que formavam o grupo de controle da Companhia rescindiram nesta data o Acordo de Acionistas da Companhia celebrado em 12 de maio de 2021, por meio da celebração de Instrumento Particular de Distrato ao Acordo de Acionistas ("Distrato ao Acordo de Acionistas").

Como consequência do Distrato ao Acordo de Acionistas, o grupo de controle foi desfeito, e o controle societário da Companhia passa a partir desta data a ser exercido isoladamente pelo Sr. Alexandre Ostrowiecki, detentor de 40,15% do capital votante e total da Companhia.

Adicionalmente, nesta data, os Srs. **Edward James Feder**, Presidente do Conselho de Administração, e **Renato Feder**, membro do Conselho de Administração, renunciaram aos seus cargos. Nos termos do artigo 150 da Lei 6.404/76 e do artigo 16, § 9º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração nomeará substitutos que servirão até próxima Assembleia Geral de Acionistas.

Importante ressaltar que Renato Feder assumiu em 2018 a Secretaria de Educação do Estado do Paraná e foi exonerado do cargo apenas no dia 31 de dezembro de 2022 para assumir o mesmo cargo em São Paulo, dando lugar ao Sr. Roni Miranda Vieira como novo Secretário da Educação do estado do Paraná, conforme Decretos que podem ser consultados nos links abaixo^{7 8}.

Por mais que as informações acima não tenham impacto no presente caso, notem que estes atos, praticados antes do início da nova gestão pública, são a prova cabal da boa-fé e do cuidado do Grupo Multi e de seus acionistas em segregar as esferas pública e privada.

7

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=278936&indice=1&totalRegistros=1&dt=27.0.2023.10.40.2.502>

8

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=278986&indice=1&totalRegistros=1&dt=27.0.2023.10.42.21.341>

1.1.5. ARGUMENTO CENTRAL: A AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA E A INCOMPATIBILIDADE DE JURISDIÇÃO

O cerne de qualquer alegação de conflito de interesses reside na capacidade de influência do agente. A Daten tenta induzir a erro ao assumir que um membro do Conselho de Administração da Multilaser poderia influenciar uma licitação do Governo Federal. Tal premissa é duplamente insustentável no caso concreto.

Primeiro, pela total ausência de competência estatutária. A governança do Grupo Multi estabelece uma barreira intransponível entre o Conselho de Administração (órgão estratégico) e a Diretoria Executiva (órgão operacional). O Artigo 19 do Estatuto Social⁹ lista, de forma taxativa, as competências do Conselho, que se limitam a matérias de alta gestão, não incluindo em nenhum de seus 34 incisos a prerrogativa de intervir, aprovar ou opinar sobre propostas comerciais ou licitações. Essa é uma atribuição exclusiva da Diretoria Executiva.

Segundo, e de forma a aniquilar por completo a tese adversária, pela manifesta incompatibilidade de esferas de poder. O órgão licitante é o Governo Federal. O Sr. Renato Feder exerce o cargo de Secretário da Educação do Estado de São Paulo. Trata-se de uma entidade governamental distinta, autônoma e sem qualquer jurisdição ou poder de influência sobre certames conduzidos pela União.

Portanto, o parentesco é irrelevante por 2 camadas de separação: o Sr. Edward Feder não tem poder operacional dentro da Multilaser para influenciar a proposta, e o Sr. Renato Feder não tem poder institucional no Governo Federal para influenciar a licitação. A suposta ponte para o conflito de interesses simplesmente não existe.

1.1.6. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA DIRETORIA PARA ATOS DE GESTÃO OPERACIONAL

Para que não reste qualquer dúvida sobre a improcedência da alegação da Daten, é fundamental destacar que o próprio Estatuto Social do Grupo Multi, em seu Artigo 21, estabelece uma clara divisão entre as funções dos órgãos de administração.

Enquanto o Artigo 19 define as atribuições estratégicas e de supervisão do Conselho de Administração, o Artigo 21 confere à Diretoria Executiva a competência para praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular do Grupo Multi.

A participação em um certame licitatório, a formulação de propostas comerciais e a celebração de contratos são, por sua natureza, atos de gestão operacional e de execução dos negócios do Grupo Multi. Tais atividades são a materialização da competência da Diretoria,

⁹ Disponível em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0d3ffa68-6034-4fe9-b934-6f33fa35d31c/a770b3a3-0c14-5ec4-2004-7143149c347f?origin=1>.



conforme delineado no Estatuto Social, e fogem por completo da esfera de atuação do Conselho de Administração.

Desta forma, a estrutura de governança da Multilaser não apenas impede a atuação de um membro do Conselho de Administração em uma licitação, como designa expressamente outro órgão – a Diretoria – como o único competente para tais atos. A alegação de conflito de interesses, portanto, ignora a clara e intencional segregação de funções estabelecida no Estatuto Social da Multilaser.

1.1.7. BARREIRA ADICIONAL: O MECANISMO INTERNO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Além de todas as barreiras fáticas e estatutárias já expostas, a argumentação da Daten ignora o mais rigoroso dos mecanismos de controle: a própria "Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses"¹⁰ da Multilaser. Este documento, de observância obrigatória por todos os administradores, cria um procedimento que, por si só, aniquila a tese de conflito.

Conforme a referida Política, um administrador que se encontre em situação de potencial conflito de interesses – como a que a parte adversa tenta caracterizar – tem o dever de:

1. Comunicar e declarar: informar, de imediato e por escrito, o potencial conflito ao Conselho de Administração.
2. Abster-se de participar: o administrador em conflito fica impedido de participar de quaisquer discussões e deliberações sobre a matéria. Ele deve ausentar-se fisicamente da reunião durante a análise do tema.
3. Não votar: o direito de voto do administrador em conflito fica suspenso para aquela matéria específica.

Isso significa que, mesmo na hipótese impraticável de que a participação nesta licitação federal fosse um tema a ser deliberado pelo Conselho de Administração (o que, como já visto, o Estatuto Social não permite), a própria política interna da Multilaser criaria uma barreira intransponível: o Sr. Edward James Feder seria obrigado a se declarar impedido e a se retirar da sala, sem discutir, opinar ou votar.

Portanto, a existência desta Política demonstra o zelo da Multilaser com a governança e prova que a alegação não é apenas infundada, mas também ignora os robustos mecanismos internos que tornariam impossível a materialização do suposto conflito.

¹⁰ <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/0d3ffa68-6034-4fe9-b934-6f33fa35d31c/7e7025aa-cbae-6472-3fa6-79f2e3a151d7?origin=1>



1.1.8. CONCLUSÃO

Pelo exposto, a alegação de conflito de interesses ignora os fatos, as datas e, fundamentalmente, a estrutura do Estado brasileiro e as rigorosas regras de governança corporativa da Multilaser. Fica inequivocamente demonstrado que:

1. O agente público mencionado pertence a uma esfera de governo (Estadual) distinta daquela que promoveu a licitação (Federal), tornando qualquer alegação de influência um contrassenso.

2. De uma forma ou de outra, o Estado de São Paulo, como mero órgão participante, não poderia, sequer em tese, ter qualquer influência ou ingerência sobre licitação federal, que é conduzida pelo FNDE -- único órgão gerenciador. Isso ressaí evidente de simples leitura do Decreto nº 11.462/2023.

3. O Sr. Edward James Feder, como membro do Conselho de Administração, não possui competência estatutária para influenciar o processo licitatório e mesmo que houvesse, só teria ligação de parentesco com um servidor público que não teve influência na licitação.

4. A própria Política interna da Multilaser impõe uma barreira de governança que obrigaria o afastamento do Sr. Edward Feder de qualquer deliberação sobre o tema, neutralizando preventivamente qualquer potencial conflito.

5. Foram adotadas, preventivamente, todas as medidas societárias para segregar os interesses e afastar o Sr. Renato Feder de qualquer posição de gestão ou controle da Multilaser.

Com todo o exposto, fica claro que é absolutamente impossível ter qualquer conflito de interesses no presente caso, tanto por questões internas do Grupo Multi, como por situações de fato impeditivas, como por exemplo a impossibilidade de influência em decisões do FNDE.

Agora, mesmo que houvesse possibilidade de qualquer conflito de interesses, **o que se admite apenas para fins de argumentação**, resta evidente que a condição de que algum órgão administrativo do Estado de São Paulo -- e nem se sabe se foi a própria Secretaria de Educação, aliás, como mero participante da licitação (e nunca gerenciador) podendo ou não adquirir apenas 24 unidades de equipamentos em um universo de centenas de milhares e, ainda, em uma empresa com faturamento de bilhões de reais, não teria a mínima relevância e impacto de vantagem indevida.

A alegação é, portanto, totalmente infundada e deve ser sumariamente rechaçada.

1.2. DA REGULARIDADE COM A EXIGÊNCIA DE RESERVA DE CARGOS PCD

A recorrente Daten argumenta que o Grupo Multi não atende as exigências de reserva de cargos e utiliza como prova captura de tela da certidão Ministério do Trabalho e Emprego ("MTE"), conforme abaixo:



CERTIDÃO

EMPREGADOR: GRUPO MULTI S.A

CNPJ: 59.717.553/0001-02

CERTIDÃO EMITIDA em 02/06/2025, às 16:16:46

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 30/05/2025, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

Note que a empresa, deliberadamente, esconde em sua captura de tela a seguinte observação:

5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

Esta informação é omitida, pois ela deixa claro que a certidão em questão não é absoluta e não considera diversas variáveis que implicam diretamente no cumprimento desta norma.

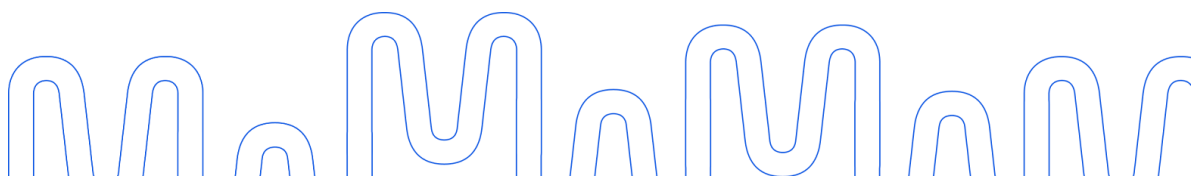
O edital do Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei de Licitações nº 14.133/2021, que exige dos licitantes apenas a apresentação de uma **declaração, via sistema**, afirmando que cumprem os requisitos de reserva de cargos para PCD e reabilitados. O Grupo Multi S/A apresentou essa declaração, atendendo integralmente ao que foi solicitado.

Inclusive, o Parecer nº 00118/2024 da Advocacia-Geral da União (AGU), considera suficiente a declaração prevista em lei e desaconselha a exigência de certidão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como condição de habilitação. Assim, a tentativa da recorrente de questionar com base na certidão do MTE carece de fundamento legal e editalício. Veja-se o parecer:

a) pelo não conhecimento do recurso, em razão de sua intempestividade, tendo em vista o disposto no art. 63, I, da Lei nº 9.784, de 1999, c/c art. 165, I, "c", e § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

b) que, considerando a invocação do princípio da autotutela pela recorrente e o pedido da SGA/AGU de esclarecimento de dúvidas jurídicas quanto aos fundamentos apresentados no recurso, fixa-se a interpretação da expressão "reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social," constante no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, no sentido de que:

- 1) a empresa deve destinar o percentual de cargos, previsto no art. 93 da Lei 8.213/91, às pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- 2) a eventual não ocupação de tais cargos destinados deve ser dar exclusivamente por razões alheias à vontade da empresa;
- 3) a empresa deve efetivamente estar empreendendo esforços para preencher o percentual legal de vagas.



c) é desprovida de legalidade a exigência, pela Administração, de certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de habilitação em procedimentos licitatórios, sendo suficiente a exigência da apresentação de declaração dos próprios licitantes de que cumprem as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme expressamente previsto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021. (Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00693000678202336 e da chave de acesso b250f41d)

Sendo assim, a recorrente embasou sua alegação uma suposta “declaração falsa” utilizando-se de um documento que não se presta a certificar que a empresa “reserva” cargos, mas sim que tem efetivamente empregados/contratados.

Independentemente da ausência de embasamento idôneo do recurso administrativo, cabe o Grupo Multi prestar esclarecimentos acerca do cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência (PCD) e beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, especialmente no contexto de processos licitatórios.

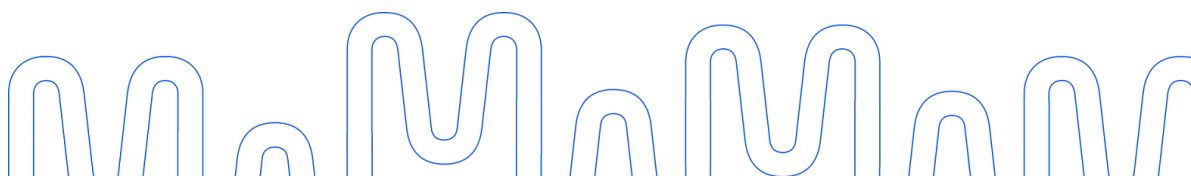
O Grupo Multi é uma empresa de grande porte sediada em Extrema/MG, município com população inferior a 40 mil habitantes e elevado número de indústrias, o que gera intensa concorrência por mão de obra qualificada, incluindo PCD e reabilitados. Essa realidade, reconhecida judicialmente (ACPCiv 0010818-84.2022.5.03.0178, 3ª Vara do Trabalho de Pouso Alegre), impõe desafios significativos ao preenchimento integral da cota legal de 2% a 5% dos cargos, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Apesar disso, a empresa tem envidado esforços contínuos para atender à legislação e implementando ações como anúncios em mídias digitais e parcerias com entidades especializadas. Contudo, a escassez de candidatos qualificados na região e a baixa taxa de reabilitação profissional tornam o cumprimento integral da cota um desafio estrutural, alheio à vontade da empresa.

Nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a habilitação em processos licitatórios exige apenas a declaração formal de cumprimento das exigências de reserva de cargos, cuja veracidade é presumida com base nos princípios da boa-fé e lealdade processual, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União. O Grupo Multi S.A. apresentou tal declaração em conformidade com a norma, respaldada por de fato reservar vagas e nas evidências de seus esforços para preenchê-las.

A empresa está sujeita a obrigações específicas determinadas pela sentença proferida na ação civil pública supracitada, que reconheceu a dificuldade de preenchimento da cota em Extrema/MG e definiu medidas concretas para comprovar os esforços do Grupo Multi S.A. Conforme abaixo:

- (1) divulgar, mensalmente, as oportunidades de emprego para pessoas com deficiência e reabilitadas em jornal de grande circulação no local onde está situada a empresa, e
- (2) oficiar a cada 45 dias (mediante protocolo ou por meio de correspondência com aviso de recebimento – AR) a, no mínimo, 3 (três) entidades voltadas à



assistência desse segmento da população, ao INSS, à Secretaria Municipal de Assistência Social e às agências de recrutamento existentes na localidade da empresa, informando-os acerca do interesse em contratar pessoas com deficiência ou reabilitadas pela Previdência Social, devendo aguardar resposta por 15 dias, a partir do recebimento pelo órgão/entidade, prazo este que deverá ser mencionado no ofício, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 a cada omissão, a ser revertida para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Essas medidas, em curso, asseguram que o Grupo Multi atende às exigências legais e judiciais, conforme respaldado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST, RR: 1002364-57.2016.5.02.0204), que afasta a responsabilidade da empresa quando comprovados esforços para contratação e pelo Tribunal de Contas da União que no Acórdão 523/2025-Plenário, trouxe o seguinte entendimento:

Sumário:

Para fins de habilitação em processo licitatório e para verificação na vigência do contrato, a veracidade da declaração de licitante quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos de que trata o art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021 poderá, quando necessário, de ofício ou por provocação, ser comprovada por meio de certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou ainda por outros meios de prova, tais como extratos dos dados registrados no e-Social.

Voto:

Trata-se de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa [representante], a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão 90014/2024, conduzido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com valor estimado de R\$ 11.630.317,19, tendo como objeto a prestação de serviço de prevenção contra incêndio e pânico.

2. Em síntese, a representante argumenta que a empresa [vencedora], declarada vencedora do certame, não teria comprovado o atendimento ao requisito previsto no artigo 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021, que trata das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

3. Pelas razões expostas no despacho proferido à peça 20, considereei satisfeitos os requisitos de admissibilidade próprios da espécie e decidi deferir a medida cautelar pleiteada, determinando à Anatel que se abstivesse de celebrar contrato com a empresa declarada vencedora do certame até a deliberação do Tribunal sobre o mérito da matéria em apreço. Tal decisão foi referendada pelo Plenário desta Corte por meio do Acórdão 2.089/2024.

4. Adicionalmente, determinei a oitiva da Anatel acerca do indício de irregularidade tratado nesta representação e concedi à empresa [vencedora] a oportunidade de se manifestar.

[...]

7. Primeiramente, registro que, quando da análise preliminar do pedido de medida cautelar, concluí pela plausibilidade jurídica das alegações contidas na representação sob exame, uma vez que não estavam presentes, nos autos, elementos suficientes para indicar o atendimento da reserva de vagas estabelecida no artigo 93 da Lei 8.213/1991 por parte da empresa [vencedora] e, ante ao evidente perigo da demora, decidi deferir a medida cautelar pleiteada.

8. Sobre a matéria, importa destacar que o art. 63 da Lei 14.133/2021 é uma das muitas inovações trazidas pelo diploma legal frente à Lei 8.666/1993, ao exigir a apresentação, na fase de habilitação, de declaração quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, comando este que se vincula operacionalmente ao disposto no art. 93 da Lei 8.213/1991.



"Lei 14.133/2021

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições: (...)

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Lei 8.213/1991

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....2%;

II - de 201 a 500.....3%;

III - de 501 a 1.000.....4%;

IV - de 1.001 em diante.5%."

9. Bem se vê que a inovação introduzida no procedimento licitatório tem o objetivo claro de se tornar um mecanismo de política pública destinado a reduzir o quadro de desigualdade e vulnerabilidade de categorias específicas. Nesse sentido, o art. 92, inciso XVII, da Lei 14.133/2021, também exige a inclusão, como cláusula do contrato a ser firmado com o licitante vencedor, do cumprimento das aludidas reservas de vagas durante a vigência do contrato.

[...]

11. Nesse sentido, cabe esclarecer que a exigência legal, na fase de habilitação, é apenas a declaração formal do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, presumindo-se sua veracidade com base nos princípios da boa-fé e da lealdade processual.

12. Isso não impede, obviamente, que essa declaração seja questionada de ofício ou a partir de elementos trazidos ao processo licitatório, no âmbito de recurso administrativo, no qual se argumente no sentido da inveracidade de declaração.

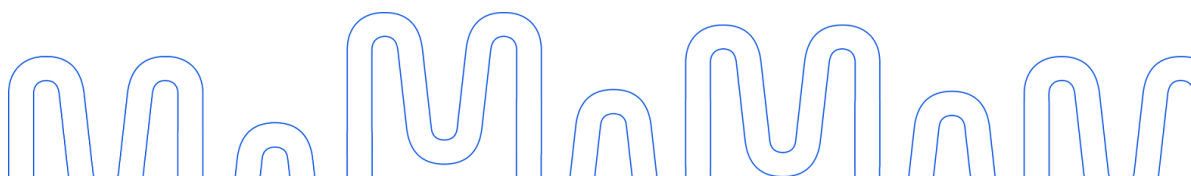
13. É esse o contexto do caso discutido nesta representação, em que a representante, em recurso administrativo de processo licitatório, apresentou certidões do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que atestavam o não cumprimento das cotas por parte da empresa [vencedora], alegando, assim, que a aludida empresa teria prestado declaração falsa e que, portanto, deveria ser inabilitada.

14. Nesse ponto, cabe trazer trecho do Parecer 414/2024/PFE-ANATEL/PGF/AGU (peça 31, p. 5-6):

"a) Para fins de habilitação é válida a autodeclaração realizada pela licitante no sistema. Porém se houver qualquer recurso de outra licitante questionando a autodeclaração, como é o caso em apreço, **a Administração deverá avaliar a suficiência ou não da documentação comprobatória apresentada pela empresa para o cumprimento dos requisitos previstos no item 28 do referido Parecer.**

b) A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 63, IV, especifica claramente a exigência de apresentação de uma 'declaração' pelo próprio licitante sobre o cumprimento das reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto na Lei nº 8.213/1991. Esta exigência não deve ser confundida com a necessidade de apresentação de uma certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego que comprove o efetivo cumprimento do percentual estabelecido pelo art. 93 da Lei nº 8.213/1991. **Portanto, a certidão emitida pelo MTE não é suficiente para inabilitar a licitante."**

15. De fato, a certidão emitida pelo MTE é uma das formas de se evidenciar o cumprimento da exigência legal da reserva de cotas aqui tratada. Contudo, não



é a única. Na mesma linha, a apresentação de certidão que ateste a inconformidade de licitante quanto ao requisito não é motivo suficiente para sua inabilitação.

16. Vale dizer que a própria certidão do MTE registra a possibilidade de o seu conteúdo não representar a realidade no exato momento de sua emissão, visto não ser uma certidão emitida com dados *on line*, de modo que eventuais registros de admissão ou de desligamento podem não estar ali representados em razão da defasagem na atualização de dados registrados no e-Social (peças 10, 61 e 66).

17. Aliás, cabe salientar que a certidão do MTE se propõe a atestar uma situação com inerente caráter dinâmico, pelas constantes alterações de quantitativos decorrentes de admissões e desligamentos e, por consequência, de enquadramento nas faixas de percentuais exigidos pela lei.

18. No caso concreto, por exemplo, foram juntadas aos autos diversas certidões emitidas pelo MTE, em um intervalo de menos de 4 meses. Os resultados alternam ao concluir que a interessada estava empregando percentual INFERIOR, IGUAL ou SUPERIOR ao percentual mínimo exigido pela Lei (peças 10, 61 e 66). Tal fato comprova tanto o caráter dinâmico da situação que a certidão do MTE pretende atestar, quanto a necessidade de se buscar mais evidências para a tomada de decisão quanto a uma possível inabilitação de licitante baseada nesse critério.

19. Assim, a certidão do MTE que atesta o não cumprimento do percentual estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/1991 não é suficiente, por si só, para inabilitar um licitante, sendo necessário que se abra espaço para que a empresa que prestou a declaração de cumprimento do item em tela reúna evidências da veracidade de sua declaração.

20. Em alinhamento a esse entendimento, à interpretação a ser difundida acerca do artigo 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021 e em face da necessária perspectiva de busca à verdade material, é que, a partir da medida cautelar concedida, foi oferecida a oportunidade para que fossem apresentadas as evidências até então ausentes nos autos.

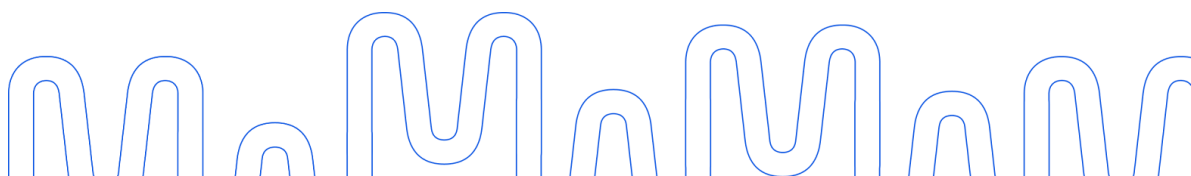
21. Das manifestações da Anatel e da interessada, restou comprovado, primeiramente, o esforço da empresa [vencedora] para o preenchimento de vagas reservadas a pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência conforme percentuais estabelecidos na legislação, a exemplo da publicação de anúncios em redes sociais e em jornais e a manutenção de contrato com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) (peças 82 e 85).

22. Quanto ao tema, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem se posicionado no sentido de afastar a responsabilidade das empresas pelo insucesso em contratar pessoas com deficiência, desde que seu esforço seja evidenciado, conforme exemplo a seguir transcrito:

"Esta Corte já se posicionou no sentido de reconhecer o ônus da empregadora pelo cumprimento das exigências do art. 93 da Lei 8.213/91, mas de **afastar sua responsabilidade pelo insucesso em contratar pessoas com deficiência, em razão dos esforços comprovadamente empenhados.**" (TST - RR: 1002364-57.2016.5.02.0204);"

23. Seguindo esse entendimento, existem diversas outras decisões no âmbito da Justiça do Trabalho no mesmo sentido. Trago, como exemplo, ementa da Ação Civil Pública RR658200-89.2009.5.09.0670:

"AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VAGAS DESTINADAS A PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. PREENCHIMENTO. ART. 93 DA LEI 8.213/91. MULTA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. ABSOLUÇÃO 2.1. **Conquanto seja ônus da empregadora cumprir a exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, ela não pode ser responsabilizada pelo insucesso, quando comprovado que desenvolveu esforços para preencher a cota mínima, sendo**



indevida a multa, bem como a condenação no pagamento de indenização por dano moral coletivo. 2.2. A empresa com 100 ou mais empregados deverá preencher de 2% a 5% de seus cargos com "beneficiários reabilitados" ou com pessoas portadoras de deficiência. Entretanto, "in casu", **é descabida a condenação ao pagamento de multa e indenização por dano moral coletivo em face do não cumprimento da exigência prevista no art. 93 da Lei 8.213/91, uma vez que ficou comprovado que a empresa empreendeu esforços a fim de preencher o percentual legal de vagas.** Recurso de Embargos de que se conhece e a que se dá provimento para totalmente improcedente os pedidos formulados na Ação Civil Pública. (grifo nosso)."

24. A despeito disso, restou comprovado, por meio de dados do e-Social emitidos em data anterior à primeira sessão pública do certame (peça 74), que a empresa [vencedora] possuía 749 empregados, dos quais 30 possuíam a condição de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social, cumprindo exatamente o percentual de 4% exigido pelo inciso III do art. 93 da Lei 8.213/1991.

25. Adicionalmente, a Anatel anotou que, em resposta à diligência, a interessada teria informado que, além dos 30 empregados na condição de pessoa com deficiência anteriormente registrados, estavam em processo de contratação mais três, o que totalizaria 33 empregados nessa condição. Tal afirmação foi corroborada por certidão emitida pelo MTE, em 20/8/2024, ou seja, ainda durante o processo licitatório, em que se atestou que a empresa [vencedora] empregava funcionários em número superior ao percentual mínimo exigido pela legislação (peça 61).

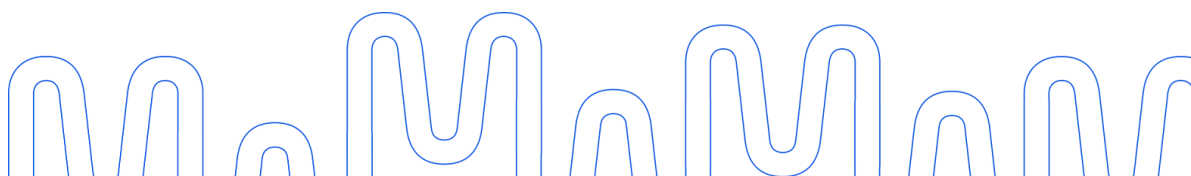
26. Assim, mesmo com a apresentação de certidão do MTE que atestava o não cumprimento por parte da interessada, em um dado momento temporal, do percentual estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/1991, restou comprovada, por meio de outras evidências, a veracidade da declaração por esta apresentada. [...]

31. Dessa forma, concluo, no mérito, pela parcial procedência da representação, com a necessária revogação da medida cautelar concedida, visto estarem presentes, nos autos, evidências suficientes para afastar o indício de irregularidade apontado pela representante.

Desta forma, note-se o contexto mostra que o entendimento dos Tribunais é que a declaração é suficiente para habilitação, sendo que no caso de necessidade de confirmação de veracidade o Grupo Multi possui uma sentença judicial informando exatamente quais atitudes ela pode tomar, sendo que estas exigências vêm sendo cumpridas e inclusive até superadas com outras formas de publicização das vagas.

O Grupo Multi mantém registros de suas iniciativas, incluindo:

- **Publicação regular de vagas em plataformas digitais** e redes sociais, como demonstrado nas postagens do Grupo Multi no Instagram, que anunciam oportunidades para PCD em diversas áreas (ex.: Técnico de Segurança do Trabalho Júnior, Auxiliar de Logística, Auxiliar de Assistência Técnica) com salários (ex.: R\$ 1.957,44 a R\$ 3.640,00), benefícios (vale-alimentação, plano de saúde) e turnos flexíveis, alcançando ampla visibilidade.
- **Parceria com a Inklua Serviços para Inclusão de PCD Ltda** (CNPJ 22.692.860/0001-76), para recrutar e selecionar PCDs, com honorários baseados em sucesso (220% do salário para tecnologia, 180% para outras áreas), reforçando o compromisso com a inclusão;



- **Divulgação ativa de vagas em jornal local**, como evidenciado pelas publicações no Jornal Mais Extrema, que destacam oportunidades para PCDs com benefícios e requisitos claros;
- **Envio de ofícios mensalmente para as instituições locais**, solicitando indicação de candidatos PCDs e reabilitados, com prazo de 15 dias para resposta, conforme documentos assinados eletronicamente
- **Programas de indicação interna**, que incentivam colaboradores a indicar PCDs, ampliando a busca por candidatos.

Essas ações demonstram o esforço contínuo do Grupo Multi para atrair e contratar PCDs, alinhando-se ao entendimento do TCU de que a certidão do MTE, por si só, não é suficiente para inabilitar uma licitante, sendo necessário considerar outras evidências.

Diante do exposto, o Grupo Multi S.A. reitera sua regularidade quanto às exigências de reserva de cargos para PCD e reabilitados, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a sentença judicial que regulamenta suas obrigações específicas. A empresa permanece comprometida com a inclusão, adotando todas as medidas possíveis para cumprir a cota legal, apesar das dificuldades regionais reconhecidas judicialmente.

Inclusive, a Recorrente Daten já possui conhecimento do pleno cumprimento por parte do Grupo Multi com relação às exigências da cota de PCD, pois apresentou a mesma infundada fundamentação no Pregão Eletrônico 90001/2025 do MGI, tendo total improcedência conforme decisão¹¹ e trechos abaixo:

Foi possível verificar, ainda, com base nos documentos juntados ao referido processo, que a empresa empreende esforços no sentido de preencher as vagas destinadas a PCD e reabilitado da previdência, através da juntada de diversos anúncios de vagas destinadas ao público. Constatou-se, ainda, que a Recorrida também contratou consultoria especializada para preenchimento das vagas.

Por fim, informa-se que as provas das tentativas de preenchimento dos cargos serão protocoladas diretamente pelo sistema do FNDE, considerando a existência de dados sensíveis de colaboradores da Multi.

1.3. DO ATENDIMENTO ÀS PORTAS USBs NOS ITENS 1 E 2

Por fim, com relação a também infundada alegação sobre as USB de ambos os produtos, junta-se em anexo relatório técnico e detalhamento da especificação da placa mãe que garante que os produtos atendem as exigências do edital.

¹¹ <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/central-de-compras/transparencia/licitacoes/2025/pregao-eletronico-srp-90-001-2025-aquisicao-de-estacoes-de-trabalho-desktops-equipamentos-moveis-notebooks-e-monitores-sobressalentes>.



Considerar os arquivos “Especificação Placa mãe UL214”, “Especificação Placa mãe UT300”, “RELATÓRIO DE TESTE USB - UL214” e “RELATÓRIO DE TESTE USB - UT300”, como integrantes deste parágrafo.

2. DOS PEDIDOS

Receber as contrarrazões ao recurso administrativo e, ao final, seja mantida a declaração de vencedora da recorrida.

Nestes termos pede deferimento.

Extrema (MG), 1 de agosto de 2025.

Tiago Griebeler Sandi
Diretor de Governo
074.412.439-55
Grupo Multi S/A

